****

**FACULDADE DE INHUMAS**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS**

**CURSO DE DIREITO**

**RENATA CAETANO OTESBELGUE**

**CANDIDATURAS DE SALTO ALTO E BATOM:**

**falseta ou realidade da inclusão das mulheres na política na campanha eleitoral de Goiânia em 2020?**

**INHUMAS-GO**

**2021**

**RENATA CAETANO OTESBELGUE**

**CANDIDATURAS DE SALTO ALTO E BATOM:**

**falseta ou realidade da inclusão das mulheres na política na campanha eleitoral de Goiânia em 2020?**

Monografia apresentada ao Curso de Direito, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

**Professor (a) orientador (a):** Ms. Juliana da Silva Matos.

**INHUMAS – GO**

**2021**

**RENATA CAETANO OTESBELGUE**

**CANDIDATURAS DE SALTO ALTO E BATOM:**

**falseta ou realidade da inclusão das mulheres na política na campanha eleitoral de Goiânia em 2020?**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO(S) ALUNO(S)**

Monografia apresentada ao Curso de Direito, da Faculdade de Inhumas (FacMais) como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Inhumas, 09 de dezembro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Profª Ms. Juliana da Silva Matos – FacMais

(orientador(a) e presidente)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Profª Ms. Julyana Macedo

(Membro)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Profª Ms. Stefanie dos Santos Spezamiglio

(Membro)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**BIBLIOTECA FACMAIS**

|  |
| --- |
| O87c  OTESBELGUE, Renata Caetano  Candidaturas de salto alto e batom: Falseta ou realidade da inclusão das mulheres na política na campanha eleitoral de Goiânia em 2020?/ Renata Caetano Otesbelgue – Inhumas: FacMais, 2021.  54 f.: il.  Orientador (a): Juliana da Silva Matos.  Monografia (Graduação em Direito) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, 2021.  Inclui bibliografia.    1. Mulher; 2. Política; 3. Brasil; 4. Goiânia. I. Título.  CDU:34 |

Dedico este trabalho a todas as bravas **mulheres, principalmente as brasileiras e goianas** as quais lutam para ter voz e vez numa sociedade ainda marcada pelo patriarcado.

Ao **Rodrigo, meu Nêgo,** obrigada pela experiência de tê-lo como meu colega de turma e dividir contigo todas as fases dessa formação, em você para além do meu amor encontrei o meu companheiro.

Para **minha mama** **Aparecida**, com quem divido o alcance de mais esta importante etapa em minha vida, mas, sobretudo pelos conselhos e por ser a voz que sempre me motiva ir adiante.

Dedico este trabalho ao meu querido e amado pai **Ilvo (*in memoriam)*, meu velho tchê,** obrigada por me ensinar a olhar para frente e a encarar a vida tentando andar certo, fazer certo na esperança que dará tudo certo... espero que possa assistir mais essa conquista do plano espiritual.

Às **bravas e aguerridas mulheres de minha família Caetano e Otesbelgue,** as quais me mostram que mulher não abaixa a cabeça, dá gargalhada, trabalha fora nas mais diversas profissões, cria os filhos sozinha, engaja nas lutas políticas... reconheço um pedacinho de cada uma em mim.

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre estar comigo ao longo da minha vida acadêmica desde a luta do meu primeiro vestibular até ao fechamento deste trabalho e de muitos outros que já foram por mim depositados através das orações em seu coração, palmas para você!

À Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, minha mãe e grande intercessora, nada poderia ter alcançado se não fosse suas mãos…

Aos companheiros espirituais, que possam sempre conduzir-me no caminho de colaborar para a evolução do planeta, visto que todo trabalho científico deve estar a serviço da sociedade…

À minha orientadora, mestre Juliana da Silva Matos que me ensinou a ver coisas que não tive a capacidade de enxergar sozinha …

Aos meus colegas de turma que frequentei na FacMais os quais cresceram no aprendizado, sorriram e andaram comigo durante o permear desses anos, levarei tantos de vocês guardados nas lembranças e no coração…

A Vivianne, que foi meu ombro amigo, ouvindo minhas lamúrias e alegrias ao longo do curso...

Ao Hércules Rafael, Mel Khadija, Chlóe Catarina, Ludovico, Rebecca e Ludovica por terem sido meus companheiros fiéis nessa trajetória e arrancado risos nos dias mais difíceis!

**Todxs Putxz**

(Ekena)

Quem cê tá pensando que é?

Pra falar que eu sou louca

Que a minha paciência anda pouca pra você

Para de vir me encher

Quem cê tá pensando que é?

Pra falar da minha roupa

Do jeito que eu corto o meu cabelo

Se olha no espelho,

Você não anda valendo o esfolado do meu joelho esquerdo!

Eu tenho pressa e eu quero ir pra rua

Quero ganhar a luta que eu travei

Eu quero andar pelo mundo afora

Vestida de brilho e flor

Mulher, a culpa que tu carrega não é tua

Divide o fardo comigo dessa vez

Que eu quero fazer poesia pelo corpo

E afrontar as leis que o homem criou pra dizer

Quem cê tá pensando que é?

Pra falar pra eu não usar batom vermelho

Quem cê tá pensando que é?

Pra maldizer até os amigos que eu tenho

Vai procurar tua turma e o que fazer

Que de gente como você o mundo anda cheio

Quem cê tá pensando que é?

Quem cê tá pensando que é?

Eu tenho pressa e eu quero ir pra rua

Quero ganhar a luta que eu travei

Eu quero andar pelo mundo afora

Vestida de brilho e flor

Mulher, a culpa que tu carrega não é tua

Divide o fardo comigo dessa vez

Que eu quero fazer poesia pelo corpo

E afrontar as leis que o homem criou pra dizer

Que se usa decote, é puta!

E se a saia tá curta, é puta!

E se dá no primeiro encontro, é puta!

Se raspa o cabelo, é sapa!

E se deixa crescer os pelos, é zoada!

Se tem pau entre as pernas, é trava!

Mas se bota salto alto, é santa!

E se usa 44, é gorda!

Mas se usa 38, é muito magra!

Se sai depois das onze, vai voltar arrombada!

Porque ela pediu, né? Tava na cara!

Olha a roupa que ela saiu de casa!

E todo discurso machista continua:

"Menina, você devia usar uma roupa menos curta!"

Eu tenho pressa e eu quero ir pra rua

Quero ganhar a luta que eu travei

Eu quero andar pelo mundo afora

Vestida de brilho e flor

Mulher, a culpa que tu carrega não é tua

Divide o fardo comigo dessa vez

Que eu quero fazer poesia pelo corpo

E afrontar as leis que o homem criou pra te maldizer

Que o homem criou pra te maldizer!

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABNT** Associação Brasileira de Normas Técnicas

**IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**TSE**  Tribunal Superior Eleitoral

**RESUMO**

O presente trabalho buscou perpassar as lutas das mulheres pelos direitos de votar e serem votadas no Ocidente, no Brasil, Goiás e Goiânia, mostrando que essa conquista se deu mediante anos de ações de Movimentos Feministas. Para além disso o estudo mostrou que as mulheres apesar de ser mais escolarizadas e maioria na população brasileira, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) ainda estão num quadro expressivo de sub-representação no cenário político, ou seja, a grande maioria de brasileiras são representadas por homens. Diante do exposto procurou-se identificar e discutir se a atuação feminina no campo da política pode ser alvo de desigualdades e preconceitos preconizados por uma visão firmada no patriarcado para atender os ideais capitalistas. Para permear as análises anteriormente trazidas, o presente estudo utilizou o método dialético materialista histórico para embasar a pesquisa. De acordo com os dados referenciais levou-se a perceber que a desigualdade da participação entre homens e mulheres na política brasileira ainda perdura, estando embasada no sistema patriarcal. Com isso este estudo esteve voltado ao próximo ponto, qual seja uma análise mais aprofundada da real participação da mulher na política do cenário do município de Goiânia na campanha eleitoral de 2020.

**Palavras-chaves**: Mulher; Política; Brasil; Goiás; Goiânia.

**ABSTRACT**

This work sought to permeate the struggles of women for the rights to vote and to be voted in the West, in Brazil, Goiás and Goiânia, showing that this achievement took place through years of actions by Feminist Movements. Furthermore, the study showed that women, despite being more educated and the majority in the Brazilian population, according to the IBGE – Brazilian Institute of Geography and Statistics (2021) are still in an expressive framework of under-representation in the political scenario, that is, the vast majority of Brazilian women are represented by men. Given the above, we sought to identify and discuss whether women's role in politics can be the target of inequalities and prejudices advocated by a vision based on patriarchy to meet capitalist ideals. To permeate the analyzes previously presented, this study used the historical materialist dialectical method to support the research. According to the reference data, it was possible to perceive that the inequality of participation between men and women in Brazilian politics still persists, being based on the patriarchal system. With that, this study will turn to the next point, which is a more in-depth analysis of the real participation of women in politics in the scenario of the municipality of Goiânia in the 2020 electoral campaign.

**Keywords:** Woman; Politics; Brazil; Goiás; Goiânia.

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO……………………………………………………………………………...12**

1. **A MULHER ATRAVÉS DOS TEMPOS: OLHARES, LUTAS E CONQUISTAS NO OCIDENTE.................................................................................................................17**

**1.1. Os caminhos e descaminhos das mulheres na luta pela cidadania............17**

**2. A MULHER NO MUNDO DA POLÍTICA: DESAFIOS, ENTRAVES E AQUISIÇÕES.............................................................................................................21**

**2.1 Os direitos políticos de sutiã: percurso no Brasil..........................................................................................................................23**

**2.2 As Lutas pelos direitos políticos das mulheres nas terras de Goyas.........................................................................................................................27**

**3. A BANCADA DA GRAVATA E A BANCADA DO BATOM: UMA ANÁLISE DA (DES)IGUALDADE NO CENÁRIO POLÍTICO DO BRASIL......................................................................................................................30**

**3.1 Mulheres eleitoras e mulheres eleitas em Goiânia em 2020: uma análise da (sub) representação política …………………………………………………………...32**

**3.2 Mulher na política: tua etnia importa? …………………………………………...35**

**3.3 Cota de Gênero nas Candidaturas: realidade ou falseta?..............................39**

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA………………………………………………………………....46**

**REFERÊNCIAS…………………………………………………………………………….50**

**INTRODUÇÃO**

As mulheres têm alcançado uma participação mais efetiva na política, o que representa uma mudança de comportamento social, a custa de muitas lutas travadas pelo movimento feminista, o que possibilitou o alcance da escolaridade superior e o desenvolvimento de participações econômica, política e social por parte daquelas.

Destaca-se que apesar de a mulher realizar uma atuação mais incisiva no campo da política, conforme Bourdieu (2002), os cargos de autoridade, ou seja, de chefia, principalmente nas áreas da economia e sobremaneira na política, são pouquíssimos por elas exercidos. E em contrapartida a terceira área do cenário econômico fica quase que exclusivamente destinada às mulheres, o que leva a perceber que as mudanças na condição feminina continuam a obedecer ao modelo tradicional, onde o homem domina as áreas de poder e a mulher fica destinada aos serviços sociais, educativos e de produção simbólica como o radialismo e jornalismo.

Assim, cabe ressaltar que todos os significativos movimentos pró-igualdade e relações de gênero existentes, tem ainda um quadro bastante variado de estereótipos que impedem as possibilidades de entrada ou ascensão plena e sólida da mulher no mundo da política.

A Constituição Federal de 1988 traz que,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 5).

Apesar de tal prerrogativa a mulher ainda permeia tratamentos injustos e é alvo de comentários descabidos, ditos humorísticos, como “mulher no volante o perigo é constante com outra ao lado perigo dobrado”, “lugar de mulher é pilotando o fogão e dando cavalo de pau em enceradeira”, “sabe quando a mulher vai conseguir um lugar ao Sol? Quando inventarem a cozinha com teto solar.”, “sabe por que o cabelo da mulher cresce mais rápido que do homem? Porque ela tem esterco na cabeça.”, “por que as mulheres menstruam? Porque a burrice se paga com sangue”, “como confiar num ser que sangra por dias e não morre” desvelando assim que o preconceito ainda persiste com grande força.

Conforme Tilly *apud* Costa (2005), a desigualdade categorial consiste na distribuição desequilibrada de atributos entre um conjunto de unidades sociais, tais como indivíduos, categorias, grupos ou regiões; tais fenômenos são próprios das experiências coletivas e interações sociais.

Na perspectiva da desigualdade, pode-se afirmar que a distribuição de oportunidades no Brasil não é igualitária, significando que vivemos em uma segregação sexual, isto é, mulheres não têm usufruído proporcionalmente, dos mesmos benefícios que homens ao longo dos anos, principalmente no trato profissional, visto que de acordo com o Sistema de Indicadores Sociais do IBGE (2009), apesar das mulheres terem índices de escolaridade mais elevados que os homens, o rendimento médio daquelas são inferiores em todas as categorias em relação ao segundo.

A divisão do trabalho, conforme Bourdieu (2002), realiza portanto, a distribuição do que compete às partes femininas e masculinas, contribuindo para que no mundo social seja instaurada a dominação dos homens sobre as mulheres, ou seja, o homem vai ocupando lugares de poder enquanto à mulher vai sendo responsabilizada pelos cuidados com a casa e a família (SAFFIOTI, 1987).

Notadamente uma das áreas tidas como espaço masculino ainda é o Direito, assim as condições de preconceito, segundo Sabadell (2008) não se mostram diferentes nessa realidade. Conforme a autora citada inicialmente, “o direito é considerado racional, ativo e abstrato. Como tais características são interpretadas como masculinas, o direito se identifica como masculino” (SABADELL, 2008, p.261). A mulher vem angariando seu espaço na prática desta modalidade, tentando assim romper com o pensamento machista retratado na expressão “o Direito é masculino”, pois caso este estudo aponte uma conclusão de que o “Direito na sua atuação protege os interesses masculinos como falar em igualdade entre os sexos?” (SABADELL, 2008, p. 261).

Nesta perspectiva segue a mesma linha de pensamento o Direito Eleitoral o qual norteia a Política. Assim as mulheres apesar de serem mais escolarizadas e maioria na população brasileira, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) ainda estão num quadro expressivo de sub-representação no cenário político, ou seja, a grande maioria de brasileiras são representadas por homens.

Diante do exposto, o presente trabalho, mediante as conquistas e lutas femininas, busca assim identificar e discutir se a atuação feminina no campo da política pode ser alvo de desigualdades e preconceitos preconizados por uma visão firmada no patriarcado para atender os ideais capitalistas.

Desta maneira percorre aqui o problema da pesquisa, qual seja: tendo a mulher os mesmos direitos que os homens, pode-se dizer que ela possui as mesmas oportunidades no campo de atuação da Política?

Buscando assim fazer uma reflexão entre exercício de direitos e atuação profissional, será realizado um recorte da temática, utilizando como objeto de estudo a eleição do município de Goiânia-Goiás na campanha eleitoral de 2020, preocupando em analisar se ocorreu uma efetiva participação da mulher neste percurso ou não.

Para responder o problema e permear as análises anteriormente trazidas o presente estudo utilizará o método dialético[[1]](#footnote-2) materialista histórico para embasar a pesquisa. Ainda no processo de compreensão do objeto apontado é necessário considerar os fenômenos que o circundam, como a cultura machista e a padronização estereotipada no mercado de trabalho decorrentes no Brasil. A esta interdependência de fenômenos, Stalin *apud* Lakatos e Marconi (2003) chamou de ação recíproca, a qual se mostra como importante ferramenta neste trabalho.

O estudo busca analisar, embasado nos fenômenos histórico, social e cultural, se a mulher vem tendo a mesma atuação no campo da Política ou se ainda está à mercê da expressão “Política é lugar de homem” sendo constituída como área predominante dos homens.

Na intenção de compreender o problema proposto, pretende-se utilizar a técnica de Análise Documental, onde os dados sobre a real participação da mulher na política de Goiânia-GO, serão levantados do sítio do Tribunal Superior Eleitoral, bem como do aplicativo Resultados da Justiça Eleitoral, voltados a responder indagações que nortearão a compreensão do referido problema, como: quantas mulheres registraram candidatura e quantas mulheres foram eleitas?, as mulheres que registraram candidatura receberam quantos votos? e outras.

Os dados levantados serão discutidos de forma qualiquantitativa, buscando compreender o significado e as relações expressadas, através do método de análise de conteúdo[[2]](#footnote-3). Portanto a partir da análise serão estabelecidas as relações entre a parte e o todo, formulando assim a síntese da investigação buscando avançar, nem que minimamente, no que se refere à produção do conhecimento no intuito de romper com o preconceito estabelecido no “senso comum” inserido no cerne social, que impedem a mulher de atuar veementemente no campo da Política.

Alguns referenciais teóricos que nortearão a temática da mulher e a igualdade de direitos referendada nas discussões de gênero, cidadania, sociedade e atuação no campo da política acontecerão com base no Materialismo Histórico Dialético e no Feminismo Marxista.

As leituras dos autores que adotam essas teorias permitiram perceber um viés de análise que procura evidenciar as lutas das mulheres pela cidadania e por seus direitos eleitorais no Ocidente, sendo possível também entender como ocorreu esse processo no Brasil, em Goiás e em Goiânia. Apontando as mulheres precursoras na luta pela conquista do espaço político, para que as referidas sirvam de inspiração para as demais mulheres presentes e futuras.

Os trabalhos dos autores como Heleieth Saffioti puderam mostrar ainda que o processo de lutas por igualdade entre homens e mulheres na ocupação do espaço político ainda se faz vigente, pois tal fato é alimentado pelo Sistema Capitalista, o qual é sustentado pelo Racismo e pelo Patriarcado, ou seja, o patriarcado junto a dominação racial, sustentam o capitalismo e no centro dessa e de todas as relações estruturais temos a figura dominante e opressora de padrão patriarcal, heterossexista e branco, que possibilita e operacionaliza a produção e reprodução da dinamicidade social do que está sendo abordado, a Política.

Para tal a pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo será apresentado o percurso das mulheres na luta pela cidadania no Ocidente. No segundo capítulo poder-se-á acompanhar a mulher em seu desfecho pelo mundo da política no Brasil, em Goiás e no município de Goiânia. E no terceiro capítulo o estudo será voltado para analisar as (des)igualdades no cenário político no Brasil e em Goiânia - Go.

Portanto, a partir da análise procurou-se estabelecer as relações entre a parte e o todo, formulando assim a síntese da investigação na intenção de avançar, nem que minimamente, no que se refere à produção do conhecimento com a finalidade de romper com a dominação masculina inserida no mundo da política brasileira.

1. **A MULHER ATRAVÉS DOS TEMPOS: OLHARES, LUTAS E CONQUISTAS NO OCIDENTE**

Tanto a mulher como o homem têm o direito ao desenvolvimento e à livre utilização das suas forças; ela é um ser humano como o homem, e, como ele, deve possuir a liberdade de dispor de si própria. O acaso de ter nascido mulher não deve aí ter qualquer influência (BEBEL *apud* COLLIN, 1999, p. 325).

A mulher ao longo do processo histórico, infelizmente não foi vista como retrata a epígrafe, ao contrário foi tida como posse do poder masculino durante muitos séculos e ainda, em algumas situações, é retratada desta maneira no século XXI.

Para compreender a soberania dos homens imposta sobre as mulheres e a indigência das mesmas em determinados casos ao sentirem a necessidade de equiparar ao masculino, ou seja, tornarem-se masculinas para além de obterem direitos iguais aos dos homens, faz-se necessário o estudo dos olhares, lutas e conquistas das mulheres no ocidente, principalmente no que tange o tema aqui em questão: a política.

**1.1 Os caminhos e descaminhos das mulheres na luta pela cidadania.**

Quanto à ordem e ao grau das mulheres, não quero intrometer-me nisso. Penso simplesmente que devem ser mantidas longe de todas as magistraturas, posições de comando, tribunais, assembleias públicas e conselhos, de forma a que possam dedicar toda a sua atenção às tarefas femininas e domésticas (BODIN *apud* DAVIS, 1993, p. 229).

O pensamento misógino acompanha a mulher desde a Antiguidade em relação à sua cidadania, sendo-lhe retirados os direitos políticos. Na modernidade apenas começaram a surgir algumas discretas participações da mulher como cidadã. De acordo com Davis (1993) no período moderno uma mulher tinha direito de ser protegida pelas leis de sua cidade, porém raramente era convidada para participar de uma assembleia de voto ou de consulta e nunca era chamada a tomar um lugar no conselho municipal. Ou seja, o pensamento misógino ainda prevalecia em maioria, onde o governo da cidade era assunto de homens, os quais “sabiam o que era melhor para sua família''. A única exceção eram as rainhas, nas unidades políticas organizadas sob a forma de reinos, as quais nesta situação exerciam atividades públicas diretas, ou seja, tinham poder de governar.

Desta forma de maneira majoritária, na modernidade, as mulheres eram até protegidas pelas leis de sua cidade, porém poderia atuar na administração urbana somente como supervisora nos hospitais, estando vedada a participação em outras áreas. Nos tribunais, não diferente da realidade comentada, a mulher não pode desempenhar papéis fundamentais no desenvolvimento do Estado moderno, sendo impedida de assinar como testemunhas em contratos, atuarem enquanto secretárias de entidades ligadas à universidade, juízas e integrantes de júri (DAVIS, 1993).

O exército moderno, conforme Davis (1993) também não permitia a participação feminina no combate, visto que estava prescrito pelas leis divinas que as mulheres não poderiam pegar em armas. Porém, algumas burlavam tal lei, onde para realizar o feito de combatente, disfarçavam-se de homens e lutavam bravamente no exército ou na marinha, pois as únicas mulheres que podiam acompanhar as tropas abertamente eram as cozinheiras, criadas, vivandeiras e prostitutas.

A participação mais efetiva da mulher no exercício da cidadania ocorreu a partir das lutas pela atuação na política, através das publicações femininas na área, que muitas vezes exigiam mudanças no regime, distribuídas em forma de panfletos pelas cidades, causando certo incômodo local. Outra forma de ação mais efetiva neste espaço aconteceu mediante tumultos que as mulheres, geralmente de baixa renda, provocavam, ou seja, realizavam protestos contra fatos como o aumento de impostos e certas decisões governamentais que viessem a causar prejuízo social.

Para além das citadas reivindicações por cidadania e exercício dos direitos políticos, as mulheres passaram a escrever petições ao Parlamento[[3]](#footnote-4) com assuntos políticos, como fim de guerras, libertação de presos, abolição da prisão por dívidas entre outras. Porém o Parlamento muitas vezes respondia da seguinte forma:

O assunto da vossa petição é de maior importância do que aquela que vos é dado entender; o Parlamento deu uma resposta aos vossos maridos e, por conseguinte, deseja-se que volteis para casa e que cuidem dos vossos próprios assuntos e vos ocupeis dos vossos trabalhos domésticos (DAVIS, 1993, p. 246).

Desta forma as mulheres modernas foram retalhadas nos seus direitos de cidadã, pois a política vigente considerava que elas eram dependentes da vontade de seus maridos estando incluídas neles, inclusive no ato de voto.

No século XIX, segundo Godineau (1993), as mulheres ainda não podiam participar de deliberações das assembleias, porém ocorreram algumas conquistas, pois, as mesmas passaram a frequentar as tribunas[[4]](#footnote-5) abertas ao público e a formarem clubes nos quais faziam a leitura das leis e discutiam os problemas locais e nacionais.

As mulheres opinavam sobre os fatores políticos discutidos através de cartas trocadas entre elas e os seus familiares, algumas exprimiam suas ideias políticas através de textos manuscritos ou impressos e discursos orais, acrescentando que também tinham direito de participar de votação e dos combates armados. Tais manifestações não eram bem compreendidas e aceitas pela sociedade da época, onde os homens comentavam que *“[...] com a igualdade de direitos, as mulheres tornar-se-iam homens de cabelos curtos, usando calças e fumando orgulhosamente cachimbo”* (GODINEAU, 1993, p.34).

A igualdade de direitos causava, portanto, certo temor na comunidade masculina, pois, acreditavam que desta forma ocorreria uma inversão de papéis sociais, visto que o modelo de mulher republicano vislumbrado pelas demais era o da fictícia Penélope, que seria,

[...] uma jovem pragmática que despreza a moda e a frivolidade. Ela não constrói sua personalidade em função de um marido: mais do que sonhar numa cama confortável com o Príncipe Encantado e cultivar os artifícios da sedução física, ela prefere levantar-se com o Sol e consagrar o seu dia ao estudo, fonte de prazer e de independência (Idem, 1993, p.35).

O modelo elucidado reflete o padrão esperado da mulher na República, porém cabe ressaltar que a sociedade só o concebe se a consorte estivesse no seio de sua família, porque a casa é o seu lugar. Assim o fato apresentado gera manifestações, onde as mulheres apontam que nesta organização política cada indivíduo é parte integrante do todo e consequentemente deve cooperar na coisa pública.

Apesar de ocorrerem diversas lutas feministas por igualdade de direitos, as mulheres vão obter ganhos somente após a Revolução Francesa[[5]](#footnote-6), onde elas conquistam a maioridade civil, podendo a partir de então ser testemunhas em processos, igualdade entre os pares mediante ao divórcio e à sucessão, bem como na partilha dos bens comunais.

A igualdade política das mulheres, também passa a ser tema discutido durante toda a Revolução, tratando que a exclusão das mulheres da comunidade cívica seria um atraso da consciência e da democracia. Mediante a esta proposta social Gouges *apud* Sledeiwski (1993) tematiza que a política buscando questionar e desmascarar as exclusões pertencentes a este processo, através da publicação da *“Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”* (GOUGES, *apud* SLEDEIWSKI, 1993, p. 53). Portanto, para uma melhor compreensão será olhado com maior ênfase esse recorte da mulher cidadã e sua participação política.

1. **A MULHER NO MUNDO DA POLÍTICA: DESAFIOS, ENTRAVES E AQUISIÇÕES**

Os direitos políticos da mulher começam a ganhar uma discreta participação na modernidade, onde conforme Davis (1993) nas unidades políticas organizadas sob a forma de reinos tinham lugares reservados para as mulheres exercerem atividades políticas de forma semipública ou pública. Um dos destaques a respeito da política, refere-se ao reinado de Isabel I na Inglaterra. Quando tal “rainha ascendeu ao trono em 1558, ela teve que enfrentar as suspeições da época, de que as mulheres seriam instáveis e irracionais, porém durante o seu reinado o país avançou economicamente, em matéria civil e nas expansões externas” (DAVIS, 1993, p.234).

Apesar de tal feito na Inglaterra do século XVII, de acordo com Davis (1993) as poucas mulheres que sucediam nos títulos nobres não ocupavam um lugar na Câmara de Lordes e nunca se candidatavam à Eleição para os Comuns. O que ocorria eram apoios por parte das mulheres a um determinado candidato, bem como as esposas dos candidatos frequentemente envolviam-se na campanha dos maridos.

No começo do século XVIII, conforme Davis (1993), com o desenvolvimento da Imprensa periódica e panfletária e pelo incremento da instrução feminina é que começou uma limitada experiência política às mulheres. Assim, tanto na França quanto na Inglaterra começaram a surgir escritos que apoiavam a mudança e o exercício das mulheres de seus direitos políticos por parte das mulheres aristocratas. Já as mulheres de condição mais baixa, desencadeavam tumultos nas suas cidades quando seus direitos eram violados. Portanto, cada mulher lutava com as “armas que tinham” por uma transformação social em relação aos direitos políticos.

No século XX, de acordo com Sineau (1993) em nome do Direito Natural passou-se a reclamar com mais ênfase a igualdade entre homens e mulheres quanto aos seus direitos políticos. Ressalta-se, porém, que a ideia de firmar no Direito a igualdade das mulheres deparou com numerosas resistências, como pode ser exemplificado pelo Código Napoleônico, o qual legitimava a incapacidade civil das mulheres casadas, bem como a incapacidade política de todas as mulheres.

Uma vez adquirida a “Igualdade” jurídica, restou ainda às mulheres, também mediante aos escritos de Sineau (1993), obterem meios de exercer seus direitos políticos: direito de voto e sobretudo de elegibilidade. Neste sentido, ainda segundo a referida autora, desencadeou-se o movimento das sufragistas nas décadas de 1860-1880 no mundo, as quais contaram com o apoio do Partido Socialista que encabeçou o Sufrágio Universal sem distinção de sexo.

O primeiro país democrático a reconhecer o direito ao sufrágio feminino, conforme Kappaun e Henker (2018) foi a Nova Zelândia,no ano de 1893. Segundo estas autoras, esse direito somente foi reconhecido após uma intensa luta liderada pela feminista neozelandesa Kate Sheppard.

Seguindo o caminho de Sheppard e da conquista das mulheres neozelandesas, ainda conforme Kappaun e Henker (2018) iniciou-se um intenso movimento pelo sufrágio feminino na Inglaterra no ano de 1897, que, após radical intensificação e anos de luta, conquistou o direito ao voto feminino no ano de 1918. A partir dessas conquistas, as mulheres de todo o mundo passaram a reivindicar o seu direito ao voto em seus países.

Obtido o direito de voto, o mais difícil estava por fazer: conquistar a elegibilidade da mulher, fato esse que ocorreu após longas lutas feministas nos anos de 1900, através da vitória eleitoral de Vigdis Finnbogadottir, sendo a de mais renome por uma mulher, em 1985, como presidente da Islândia.

Mediante tais contribuições e conquistas, destaca-se, portanto, que a tarefa no primeiro momento, não foi de inverter uma problemática, mas introduzir outros pontos não desvelados na compreensão do ser mulher, pois em vários países a efetivação dos direitos políticos das mulheres continua sendo um objetivo a atingir se não um combate a travar.

Diante do exposto, faz-se importante compreender a realidade desse tema de estudo, sendo necessário permear os avanços e lutas ainda a serem galgados no Brasil, Goiás e Goiânia para que de fato ocorra a Igualdade Política entre homens e mulheres.

**2.1 Os direitos políticos de sutiã: percurso no Brasil**

No Brasil, de acordo com Coelho e Baptista (2009) até o final do Império, predominou a vida numa sociedade rural, desta forma, os aspectos sociais próprios da modernidade ganharam relevância somente a partir do século XIX, quando ocorreram importantes mudanças sociais, incluindo a organização familiar e as novas atribuições femininas

Ainda conforme as autoras Coelho e Baptista (2009) no Brasil foi no final do século XIX que surgiram algumas publicações femininas que questionavam o papel da mulher e o tratamento disposto a elas na sociedade, à época, significava um reconhecimento dos aspectos emocionais e espirituais da mulher, nos papéis de mãe e esposa, ocorrendo a primeira publicação do tipo no Jornal das Senhoras publicada em primeiro de janeiro de 1852.

Na década de 1860, segundo Coelho e Baptista, a mulher da classe alta, passa participar de atividades filantrópicas, as quais surgem como uma oportunidade para as mulheres desta categoria se afastarem do tédio e da ociosidade, visto que, grande parte do trabalho doméstico, incluindo os relativos aos filhos, era realizada pelos escravos. No período citado anteriormente, conforme Hahner *apud* Coelho e Baptista (2009) as mulheres passaram a atuar no movimento abolicionista no arrecadamento de fundos para a causa, assim elas apresentavam-se em concertos de pianos ou vendiam, por exemplo, flores e doces às portas de igrejas e cemitérios, pois à época essa era considerada uma conduta elogiável que reforçava a imagem feminina de nobreza e sacrifício.

Mediante tais apontamentos verifica-se que o primeiro envolvimento das mulheres brasileiras com uma reivindicação por direitos, não especificamente os seus, reforça seu papel social – secundário. Note-se, que no século XXI também, na atividade político-partidária a atuação das mulheres muitas vezes limita-se a ações que expressam esse mesmo papel secundário, isto é, atuar como “militante”, o que envolve abnegação e esforço físico (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Na sociedade brasileira, entre o final do século XIX e início do século XX, ocorreram diversas discussões defendendo a emancipação feminina, conforme Coelho e Baptista (2009), em diferentes aspectos e intensidades, como o acesso à Educação de Ensino Superior. Desta forma, ainda de acordo com as referidas autoras, este período foi marcado por muitas transformações sociais que, naturalmente, trouxeram questionamentos sobre um envolvimento adequado da mulher na nova estrutura social, bem como sua atuação como cidadã, o que desencadeou na discussão da participação do Sufrágio Feminino durante a elaboração da primeira constituinte republicana brasileira em 1891.

Na assembleia constituinte, mediante o que apontam Coelho e Baptista (2009) haviam os que argumentavam positivamente ao sufrágio feminino, sendo esses a minoria, dentre os quais estavam Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca, que seriam futuros presidentes da república. Bem como os que manifestaram contrariamente ao sufrágio feminino, como o Deputado Barbosa Lima o qual defendia que: a participação da mulher na vida pública abalaria os alicerces da família. Destaca-se que este argumento ainda é utilizado por aqueles que não admitem a ideia da gestão pública exercida por mulheres, reforçando a manutenção do Sistema Capitalista pelo caminho do Patriarcado, que tem o homem branco e heterossexual como centro de acordo com Saffioti (1987) e por isso colocam a responsabilidade pela casa e pelos filhos como atribuição da mulher, para mantê-la como um ser secundário na sociedade.

A Constituição Brasileira de 1891, conforme Coelho e Baptista (2009), negou o sufrágio feminino, porém a ideia de voto feminino, como um direito, não foi mais abandonada, dando origem ao surgimento do Movimento Sufragista[[6]](#footnote-7) no Brasil, o qual já existia na Europa desde o final do século XIX.

O movimento sufragista brasileiro, segundo Menuci (2018) teve início em meados de 1910, tendo seu marco quando Leolinda Daltro[[7]](#footnote-8) e Gilka Machado[[8]](#footnote-9) fundam o Partido Republicano Feminino, o primeiro partido composto somente por mulheres. É interessante elencar, como aponta Pinto (2003) que um partido político tem como foco apresentar propostas e eleger seus filiados para colocá-las em prática, porém nesse caso o que se pretendia era mobilizar a sociedade em torno dos Direitos Políticos das Mulheres, visto que nenhuma das filiadas eram elegíveis ou sequer eleitoras. Este partido desapareceu ao final da década de 1910, porém segundo Pinto (2003) nessa década retorna ao Brasil Bertha Lutz[[9]](#footnote-10) e começou a organizar o embrião do que seria a maior expressão do Feminismo da época, a FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

A Federação Brasileira para o Progresso Feminino, segundo Coelho e Baptista (2009) surgiu em 1922, tendo Bertha Lutz à frente, e com objetivo principal de defender os direitos políticos das mulheres, priorizando o sufrágio feminino.

Para além de Bertha, ainda conforme Coelho e Baptista (2009) a maioria das mulheres da Federação pertencia a uma elite intelectual e econômica, muitas vezes também profissional (Jornalistas, Advogadas, Professoras, a primeira médica do Brasil Francisca Fróes, uma Engenheira e também a primeira aviadora do Brasil, Anésia Pinheiro Machado, o que lhes permitia bom trânsito entre a elite política. Mediante ao uso da publicidade e de suas relações pessoais, estas mulheres visavam “influenciar os líderes políticos e a opinião pública culta”. Ressalta-se por isso que, de acordo com Pinto (2003) esse foi um movimento considerado como um

feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais (PINTO, 2003, p. 26).

Porém, segundo Avelar *apud* Coelho e Baptista (2009) nem por isso foram poupadas de críticas por parte da imprensa, sendo acusadas de pertencer “ao terceiro sexo, carentes de charme feminino, histéricas, declassées” (COELHO; BAPTISTA, 2009, p.90).

Faz-se importante salientar que as lutas pelos direitos eleitorais femininos não restringiram-se a Federação, de acordo com Pinto (2003), sendo o caso da advogada Elvira Komel, a qual tornou-se a primeira mulher mineira eleitora em 1928 e de Júlia Alves Barbosa do Rio Grande do Norte que requereu em audiência seus direitos eleitorais em 1927, conquistando o seu direito de voto, bem como o de mais dezesseis outras mulheres.

De acordo com o TSE (2021) em 25 de outubro de 1927 com advento da Lei nº 660, o Rio Grande do Norte estabeleceu que não haveria distinção de sexo para o exercício do sufrágio. Desta maneira, em 25 de novembro de 1927, na cidade de Mossoró, foi incluído o nome de Celina Guimarães Vianna na lista dos eleitores do citado Estado, tornando-se a primeira eleitora do Brasil. O fato repercutiu mundialmente, por se tratar não somente da primeira eleitora do Brasil, como da América Latina.

A luta pelo direito ao voto da mulher durou até 1932, segundo Pinto (2003) quando o novo Código Eleitoral incluiu a mulher como detentora do direito de votar e ser votada. Com base neste código, de acordo com Coelho e Baptista (2009), foi eleita a assembleia constituinte em 1933, que promulgou a nova Constituição em 16 de julho de 1934, onde a única mulher eleita para esta assembleia constituinte, num total de 214, foi Carlota Pereira Queiroz, que era uma médica, escritora, pedagoga e política brasileira, tornando a primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal.

A FBPF, conforme Pinto (2003) nos meados da década de 1930 tentou, sem sucesso, eleger Bertha Lutz para a Constituinte de 1934, a qual ficou como suplente. No entanto, em 1936 Bertha Lutz assume a cadeira de um deputado que veio a falecer.

Perpassado o entendimento da trajetória de lutas feministas pelo direito ao sufrágio, o presente estudo buscará compreender o papel das mulheres no Estado de Goiás no intuito de adquirirem também o referido direito.

**2.2 As Lutas pelos direitos políticos das mulheres nas terras de Goyas**

O Estado de Goiás, segundo Chaves (2017) foi também pioneiro do movimento de emancipação política da mulher brasileira, junto ao Rio Grande do Norte, sendo o direito de voto feminino conquistado naquele Estado por Benedita Chaves Roriz[[10]](#footnote-11).

Benedita, segundo Chaves (2017) encantou-se com a ideia do voto feminino quando tinha apenas quinze anos de idade, ao ouvir seu pai tecer comentários sobre o título de eleitor, entendeu que as mulheres também deveriam ter esse direito. Ainda conforme o citado autor Benedita tinha contato com Americano do Brasil e com Joaquim Câmara Filho, o qual tinha contato com Bertha Lutz e auxilia a goiana a redigir requerimento ao juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia (atual Luziânia), Clóvis Roberto Esselin. O notório operador do Direito após debater com o promotor Joaquim Machado de Araújo concede ganho de causa à Benedita em 1927 e lavra substancial sentença declarando Benedita Chaves Roriz, de Santa Luzia, a primeira eleitora do Estado de Goiás

De acordo com Prado (2019) Consuelo Ramos Caiado foi outra precursora das lutas pelos direitos políticos das mulheres no Estado de Goiás. O citado autor aponta que Consuelo foi a primeira mulher a dirigir o Gabinete Litterario Goyano em 1929 e em 1931 fundou e presidiu a Federação Goyana pelo Progresso Feminino, estreitando relações com Bertha Lutz, possivelmente por intermédio de Antônio Ramos Caiado, pois como era senador e vivia entre o Rio de Janeiro e Goiás fazia o intermédio entre as duas feministas.

A Federação Goyana, segundo Prado (2019) era filiada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e buscava elevar o nível cultural das mulheres goianas, para que assim as mesmas pudessem ter uma vida social, doméstica, pública, intelectual e política mais eficiente. Apesar das poucas reuniões ocorridas entre 1931 e 1933, Prado (2019) aponta que a Federação abriu caminhos para que as goianas pudessem se aventurar pela esfera pública.

Consuelo Caiado além de presidir a Federação Goyana, de acordo com Prado (2019) deu amparo para que sua amiga Leonor Borba fundasse a Associação Goyana pelo Progresso Feminino em Formosa em 1932, a qual era filiada às federações estadual e federal.

As instituições feministas goianas, como prepondera Prado (2019), defendiam o direito ao voto e a emancipação civil da mulher sem rompimentos bruscos com as estruturas patriarcais, como sugestionava Bertha Lutz.

De acordo com Borges (2018) em 1932, o Código Eleitoral emancipa os direitos políticos da mulher brasileira e em 1933 a nova capital de Goiás, Goiânia, teve sua pedra fundamental lançada. O referido autor ressalta que o citado Código Eleitoral dava uma permissão de voto acompanhado de uma série de restrições, visto que só podiam votar mulheres casadas com a permissão de seus maridos e as viúvas e solteiras que comprovassem ter renda própria, ou seja, eram excluídas grande parte das mulheres do processo eleitoral.

A equiparação de direitos e deveres para homens e mulheres, de acordo com Borges (2018) veio somente com a Constituição de 1946, após a ditadura Vargas, decorrendo na obrigatoriedade do voto feminino.

As eleições de 1947, diante da nova realidade apresentada, conforme Tosi (2016) marca a participação efetiva da mulher na política de Goiânia, na qual pela primeira vez ocorreram candidaturas femininas, sendo a de Ana Pereira Braga, Julieta Fleury da Silva e Maria José Oliveira. As três normalistas foram eleitas, ainda segundo Tosi (2016), e a Câmara Municipal teve que construir um projeto emergencial antes da posse, de um banheiro feminino, pois havia somente um destinado aos homens, anteriormente.

Diante de todos os fatos históricos apresentados pode-se verificar que a participação feminina na política resguardada como um direito legal, foi marcada por períodos extensos de lutas. Apesar disso, Silva e Vasconcelos (2019) traz que a desigualdade da participação entre homens e mulheres na política brasileira ainda perdura, estando embasada no sistema patriarcal. Com isso, este estudo estará voltado nos próximos pontos a analisar a real participação da mulher na política brasileira, com recorte enfático no município de Goiânia, capital de Goiás.

**3. A BANCADA DA GRAVATA E A BANCADA DO BATOM: UMA ANÁLISE DA (DES)IGUALDADE NO CENÁRIO POLÍTICO DE GOIÂNIA NAS ELEIÇÕES DE 2020**

As mulheres, apesar de serem mais escolarizadas e maioria na população brasileira, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) ainda estão num quadro expressivo de sub-representação no cenário político.

Diante deste cenário de desigualdade, desde 2009, ainda segundo o IBGE (2009) o Brasil passou a ter legislação que prevê cotas eleitorais obrigatórias através da Lei n. 12.034 / 2009 a qual dispõe que em eleições proporcionais haja no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo por partido ou coligação partidária, bem como a destinação de 5% do Fundo Partidário para manutenção de programas que promovam a participação política das mulheres.

Com as referidas medidas legais, conforme Sena (2017), acreditava-se que os resultados seriam positivos quanto ao aumento da participação efetiva das mulheres no cenário político brasileiro, ou seja, a lei 12.034 / 2009 fomentaria de vez a atuação do campo político pelas mulheres.

Apesar das disposições legais, porém em 2020 conforme o IBGE (2021) o Brasil ocupou a 142ª posição de 190 países em relação a participação da mulher na política, bem como foi o país da América Sul com menor número de mulheres exercendo mandato parlamentar.

A baixa participação e exercício da mulher na política no Brasil, segundo estudos eleitorais apontados pelo IBGE (2021), pode ser atribuída a fatores como falta de apoio material às candidaturas femininas, assim como o maior sucesso eleitoral de candidatos que já eram parlamentares anteriormente. Aflalo (2020) ainda reporta a não participação das mulheres na política de forma efetiva a outros fatores como a obrigação de cuidar da casa e da família como sendo da mulher e a violência política de gênero.

A divisão sexual do trabalho, segundo Aflalo (2020), se aplica também ao caso da política, onde a obrigação de cuidar do ambiente doméstico é imposto à mulher, enquanto cabe ao homem ocupar o espaço público. De acordo com Saffioti (1987) a sociedade coloca a responsabilidade pela casa e pelos filhos como atribuição da mulher, independente da mesma trabalhar em troca de um salário ou não, seja o trabalho realizado fora ou no domicílio (como doceira, costureira, artesã, etc.) e independente da renda permanece esta identidade básica entre todas as mulheres.

Comparando o texto da autora Saffioti escrito em 1987 com os dados do IBGE (2021) pode-se notar que o texto perpassa o tempo e continua atual, onde de acordo com esse sistema de indicadores nos dados levantados em 2019 as mulheres dedicavam 21,4 horas do seu tempo aos cuidados com a casa e a família contra 11,0 horas dedicadas do tempo dos homens com as mesmas atividades.

Para além de reforçar que o lugar da mulher é no seu ambiente doméstico e não na política, outra representação simbólica utilizada para reforçar esse padrão mantenedor do Capitalismo através do patriarcado, de acordo com Aflalo (2020) é a violência política de gênero. Conforme a referida autora, essa violência pode ser caracterizada por comportamentos ofensivos, agressões e perseguições às mulheres envolvidas com a política, especificamente pelo fato de serem mulheres. Aflalo (2020) salienta ainda que enquanto o homem escuta ofensas relacionadas à sua conduta como, por exemplo, ser chamado de ladrão, a mulher por sua vez tem sua aparência física e o seu psicológico ofendidos, sendo chamada de gorda, feia, louca, histérica, dentre outros.

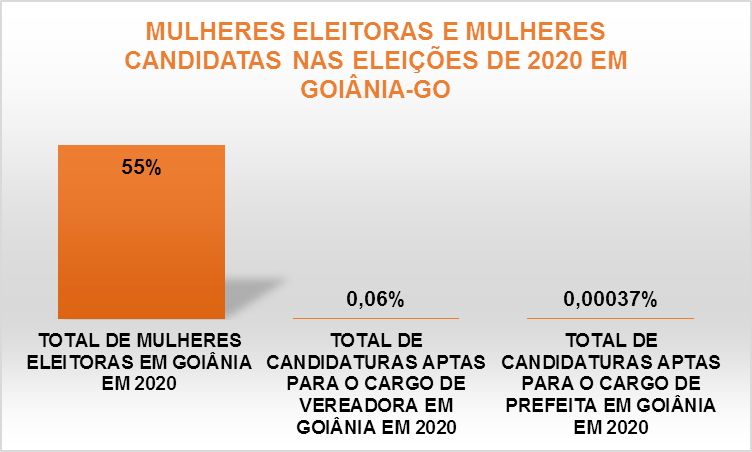
Mediante os fatores apontados vai-se compreendendo porque as bancadas das diversas esferas de poder político ainda são um espaço de gravatas. Dentre esses lugares, a sub-representação da mulher também se materializa nos municípios, onde o IBGE (2021) aponta que em 2020 somente 16,0% dos vereadores eleitos eram mulheres.

Diante deste apontamento do IBGE (2021), bem como todo o conteúdo discorrido sobre a participação da mulher na política, o estudo presente preocupou-se em responder se a participação da mulher na campanha eleitoral de Goiânia no ano de 2020 foi uma falseta ou uma conquista? Indagação esta que tentou ser respondida por meio da pesquisa, baseada no aplicativo Resultados do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, que se voltou a pensar pontos que pudessem levar a reflexão do ser mulher atuante na política brasileira, goiana e goianiense.

**3.1 Mulheres eleitoras e mulheres eleitas em Goiânia: uma análise da (sub) representação política**

O IBGE (2021), como mencionado anteriormente apontou que em 2020 somente 16,0% dos vereadores eleitos eram mulheres, diante desse dado buscou-se refletir essa realidade em Goiânia, a partir da construção do Gráfico 1 - Mulheres Eleitoras e Mulheres Candidatas nas Eleições de 2020 em Goiânia - Go, feito com base nas estatísticas do TSE – Tribunal Superior Eleitoral (2021), que pode ser visualizado a seguir.

**Gráfico 1** - Mulheres Eleitoras e Mulheres Candidatas nas Eleições de 2020 em Goiânia- Go



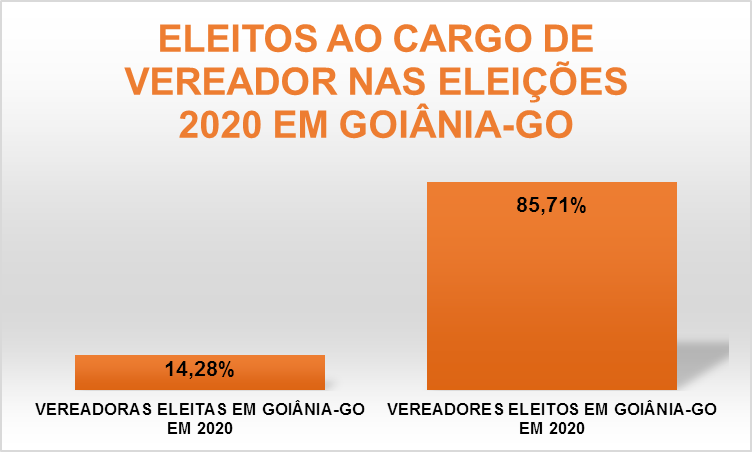
**Fonte:** OTESBELGUE (2021)com base nos dados doTSE – Tribunal Superior Eleitoral no sítio https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas

De acordo com o gráfico, nas eleições de 2020 conforme o TSE - Tribunal Superior Eleitoral (2021), na planilha de estatística do eleitorado, apontou que dos 971.221 mil eleitores do município de Goiânia 528.950 mil são mulheres, sendo a maioria do eleitorado neste local. Apesar de serem as mulheres, o maior número de eleitoras, o TSE (2021) ainda pontuou, de acordo com as estatísticas eleitorais, que apenas 323 mulheres se candidataram ao cargo de vereadora e 2 mulheres foram candidatas a prefeita, tendo suas respectivas candidaturas aptas em Goiânia-GO.

Em contrapartida, ainda mediante os dados estatísticos do TSE (2021) mesmo estando em número menor de eleitores em Goiânia, sendo 442.271 mil eleitores, saíram candidatos ao cargo de vereador 728 pleiteadores aptos e a prefeito 12 concorrentes aptos.

Na busca de aprofundar a análise da participação efetiva da mulher na política do município de Goiânia- Go passará-se-á ao gráfico 2 - Eleitos ao Cargo de Vereador nas Eleições 2020 em Goiânia- Go, o qual traz os resultados das Eleições de 2020 do referido local em relação ao cargo de vereador. Ressalta-se que o cargo de prefeito foi disputado em 2º turno entre 2 homens; porém a terceira colocada em votação foi uma mulher.

**Gráfico 2** - Eleitos ao Cargo de Vereador nas Eleições 2020 em Goiânia- Go



**Fonte:** OTESBELGUE (2021)com base nos dados doTSE – Tribunal Superior Eleitoral no sítio https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas

Diante da realidade apresentada pelo gráfico 2, onde das 35 (100%) cadeiras ao cargo de vereador, apenas 5 (14,28%) mulheres foram eleitas, e em contrapartida 30 (85,71%) homens atingiram o cargo, nota-se que Goiânia- Go está inserida na realidade apontada por Alves (2018) de que no Brasil, as mulheres, mesmo correspondendo a maior parte do eleitorado, desempenham um papel de menor relevância na política, ou seja, as mesmas estão sub-representadas, evidenciando que em espaços ditos de poder ainda perpétua a dominação masculina.

O processo de construção da inferioridade da mulher e poderio do homem segundo Saffioti (1987) decorreu da evolução e desenvolvimento do Capitalismo, que utilizou do Patriarcado para fazer-se despontar como sistema econômico. Desta maneira, ainda conforme a citada autora, passaram a ser conjugadas sob o domínio masculino, principalmente do homem branco, heterossexual e rico, duas formas de atributos: a propriedade e as mulheres. Isso, se deu, ainda de acordo com Saffioti (1987) devido ao controle sobre a propriedade privada, podendo acumular ou transmiti-la, bem como ao comando da sexualidade feminina, já que desta dependia a reprodução, tanto de filhos de escravos para serem comercializados, quanto para a manutenção da família tradicional.

Para justificar o domínio da capacidade reprodutiva da mulher e inferiorizá-la, e após a Revolução Industrial pagar baixos soldos, o Capitalismo por meio do Patriarcado, também conforme Saffioti (1987) se valeu de alguns pilares, como a comparação de força entre homens e mulheres, a inteligência, a etnia e a construção cultural da “rainha do lar”. Assim, conforme a autora, no aspecto força vai sendo inculcado que a mulher é inferior ao homem devido aparência de ter aquela menor força do que este. O que se faz descabido, quando analisado na modernidade, ainda de acordo com o que aponta Saffioti (1987), numa sociedade industrializada o quesito força já não se faz mais importante.

Também na tentativa de inculcar nos seres humanos a ideologia da “inferioridade” feminina, segundo Saffioti (1987), recorre-se, constantemente, ao argumento de que as mulheres são menos inteligentes que os homens. Esse argumento tenta ser justificado por poucas mulheres terem destaque em profissões como cientista, artistas, etc. Os portadores e divulgadores desta ideologia esquecem-se de medir as oportunidades que foram oferecidas, ou melhor, negadas às mulheres. Ao se atribuir a elas a responsabilidade praticamente exclusiva pela prole e pela casa, já se lhes está, automaticamente, reduzindo as probabilidades de desenvolvimento de outras potencialidades de que são portadoras.

A outra justificativa do Patriarcado, diante das análises de Saffioti (1987) foi a etnia, destacando no Brasil a preta. Assim, a referida autora trata que na “ordem das bicadas” no Brasil, a mulher preta ocupa a última posição, sendo ela duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto preta.

Entendendo a mulher como ser, dito inferior às capacidades do homem, o Capitalismo vai buscando reduzir a mulher como responsável pela casa e pelos filhos, sendo este trabalho árduo e não remunerado, de acordo com Saffioti (1987) e muito proveitoso a esse sistema econômico, visto que não se trabalha sem roupa limpa e comida feita. Assim independente da mulher executar labor externo, em troca de um salário ou não, seja o trabalho realizado fora ou no domicílio (como doceira, costureira, artesã, etc.) e independente da renda permanece esta identidade básica entre todas as mulheres, ou seja, o “lar será seu ambiente de poder”.

Para legitimar a mulher como responsável pelas obrigações da casa e dos filhos e a disparidade de salários entre homens e mulheres, o Capitalismo conta ideologicamente com o Machismo, conforme Saffioti (1987), como meio de garantir o poder da classe patronal, inculcando no trabalhador a ideologia machista, a dominação da mulher, buscando dificultar a união entre trabalhadores e trabalhadoras, para que ambos lutem juntos por melhores condições de trabalho e salário. Ou seja, a supremacia masculina causa danos não apenas às mulheres, mas também aos homens das classes trabalhadoras.

Mediante os dados das Eleições de 2020 no município de Goiânia-GO apresentados e a análise transcorrida pode-se perceber que não ao acaso, mas devido uma construção para manter o Sistema Capitalista em vigor, a política, segundo Alves (2018) ainda é um local de poder ocupado hegemonicamente por homens. Diante desta perspectiva passar-se-á a análise da etnia das mulheres que conseguem galgar esse espaço de poder.

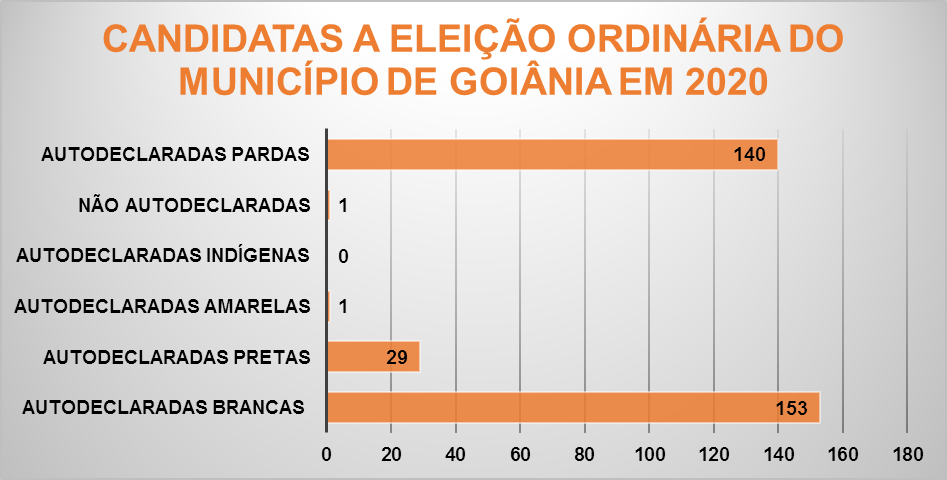
**3.2 Mulher na política: tua etnia importa?**

No Brasil moderno, conforme dispõe Fróes e Ávila (2020) foi-se estabelecendo o racismo estrutural, no qual as condições de subalternidade e condições de privilégio vão sendo reproduzidas ao longo da História, sem serem questionados. Por isso, ainda de acordo com as referidas autoras, faz-se necessário um esforço diário, voltado à percepção que não é natural, não haver pessoas pretas onde as decisões são tomadas, principalmente, mulheres pretas ou pardas que representam 28% da população brasileira, ou seja, não é normal uma mulher preta ocupar poucas vagas como professora acadêmica, não é normal haver poucas eleitoralistas pretas ou indígenas, dentre outros, mas isso foi sendo normalizado.

A este tipo de racismo, Fróes e Ávila (2020), atribuem o fato de mulheres pretas, indígenas ou amarelas ocuparem quase que inexistentes lugares de poder e consequentemente a política, para que assim continue perpetuando o homem branco como detentor dos espaços de poder, visto que, o efeito do racismo é limitar a própria racionalidade, ou seja, ele corrobora para impactar a forma de pensar, julgar e perceber as pessoas e situações, com pensamentos automáticos.

Diante dessa análise passou-se a apreciar a realidade étnica das mulheres candidatas nas Eleições no município de Goiânia-GO 2020, tanto para o cargo de prefeita quanto de vereadora, o que pode ser visto no gráfico 3, que representa as Candidatas a Eleição Ordinária do Município de Goiânia em 2020 e no gráfico 4, o qual expõe as candidatas eleitas em Goiânia e suas respectivas etnias.

**Gráfico 3** - Candidatas a Eleição Ordinária do Município de Goiânia em 2020



**Fonte:** OTESBELGUE (2021)com base nos dados doTSE – Tribunal Superior Eleitoral no sítio [https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatistica](https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas)s

**Gráfico 4** - Candidatas Eleitas em 2020 em Goiânia-Go



**Fonte:** OTESBELGUE (2021)com base nos dados doTSE – Tribunal Superior Eleitoral no sítio https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas

Mediante os gráficos 3 e 4 apresentados, conforme os dados do TSE (2021), pode-se observar que dentre as 153 candidatas dispostas entre os cargos de vereadora e prefeita, que se autodeclararam brancas apenas duas foram eleitas, sendo para o cargo de vereadoras; das 140 que se autodeclararam pardas, três candidatas a vereadora tiveram êxito no pleito. Aponta-se ainda que dentre as 29 candidatas que se autodeclararam pretas, nenhuma foi eleita; como também não teve vitória eleitoral a candidata que se autodeclarou amarela, bem como destaca-se que não teve representatividade por parte de candidatas indígenas.

Diante dos dados mostrados pode-se perceber que de acordo com Fróes e Ávila (2020) o lugar social da mulher no Brasil não é determinado apenas pelo gênero, mas também por sua etnia. Embora tenha ocorrido alterações legais que impulsionam a participação e ascensão das mulheres na política, os dados do gráfico comunicando com as ideias de Duarte (2020) apontam que ainda existem muitas barreiras a serem rompidas, sendo uma delas a baixa representação de mulheres pretas e indígenas no cenário político do Brasil.

As mulheres pretas e pardas, segundo Fróes e Ávila (2020) representam aproximadamente 28% de todos os brasileiros, como antes mencionado, sendo o maior grupo populacional em grande parte dos municípios do Brasil. Estes fatos escancaram o que foi discutido anteriormente com base em Safiotti (1987) e evidenciam a realidade moderna onde o Capitalismo continua utilizando o patriarcado e o racismo como pilares para disseminar a ideologia de que o lugar de poder ainda é pertença do homem branco, rico e heterossexual.

A baixa ou mesmo a falta de representatividade das mulheres pretas na política poderia ser desculpada por uma falsa justificativa de falta de interesse, visto que esse espaço é “democrático”, mas como apontam Fróes e Ávila (2020) aquelas são envolvidas em movimentos sociais, e geralmente são as maiores líderes dos movimentos negros, destaca-se neste sentido que Goiânia-GO já foi sede até do Encontro Nacional de Mulheres Negras em 2018.

De acordo com Duarte (2020) a falta de ocupação das mulheres pretas nesse espaço de poder que é a política deve-se a dois fatores: a captação de recursos para as despesas da campanha eleitoral, visto que ainda é alta a relação de votos obtidos com o investimento nos gastos de campanha e o contexto sócio-histórico, visto que o espaço político-partidário ainda é um jogo elaborado por homens brancos para atender interesses de homens brancos.

Destaca-se, diante da realidade mencionada, que aumentar a representatividade das mulheres pretas na participação efetiva nos Poderes Legislativo e Executivo fazem-se urgente, pois de acordo com Fróes e Ávila (2020) são elas as maiores vítimas de menos acesso ao trabalho formal, a saúde básica, a educação, dentre outros. Assim não havendo representatividade política para defender os interesses dessa parte da população, a situação referida perpetuará por muito tempo.

Na busca de romper com as desigualdades construídas apresentadas ao longo desse trabalho, e de igualar nem que minimamente a situação de homens e mulheres na política, foi alterada a Lei 9.504/1997 - Lei das Eleições, pela Lei n. 12.034/2009 - Minirreforma Eleitoral, que estabeleceu que cada partido ou coligação deveria reservar um percentual mínimo de 30% para o sexo minoritário, seja homem ou mulher (DUARTE, 2020). A questão é que essa ação afirmativa gerou um fenômeno contrário, sendo de acordo com Gortari (2020), as chamadas candidaturas laranjas ou fictícias, onde os partidos registram candidatas mulheres apenas para preencher a quota eleitoral, o que será discutido a seguir mais enfaticamente.

**3.3 Cota de Gênero nas candidaturas: realidade ou falseta?**

Numa tentativa de reduzir as desigualdades de gênero na política, segundo Silva e Andrade (2020), a ONU – Organização das Nações Unidas junto a União Interparlamentar determinou três modelos de políticas de cotas, sendo: reserva de assentos para as mulheres nos Parlamentos, cotas espontâneas estabelecidas pelos partidos políticos e o sistema de cotas de gênero em lista de candidaturas.

O Brasil adotou a terceira espécie sendo o Sistema de Cotas de Gênero por meio da Lei n. 9.100/1995, a qual previa que os partidos ou coligações nos pleitos municipais, deveriam preencher em 20% no mínimo de candidaturas de mulheres (DUARTE, 2020). Deste modo o que antes era preenchido em 100% passaria a ser 120%, sendo os 20% reservado às mulheres.

O texto legal não condizia com a perspectiva de igualdade, ansiada pela cota de gênero, mostrando-se vazio e ineficaz, motivo este que culminou na Lei n. 9.504/1997 (DUARTE, 2020). A referida lei, segundo Silva e Andrade (2020) elevou a porcentagem mínima para 30% para o sexo minoritário, seja composto por homens ou mulheres.

Nota-se, porém que ambos textos legais não traziam o caráter da obrigatoriedade de cumprimento da quota de gênero, assim os partidos ou coligações na maioria das vezes preenchiam os 70% das vagas por um sexo, sendo geralmente homens e deixava os 30% em aberto, não apresentando nenhuma candidatura de mulher (SILVA; ANDRADE, 2020). Diante desse contexto, a Lei das Eleições foi alterada em seu art. 10, parágrafo 3º, por meio da Lei n. 12.034/2009, onde o cumprimento da cota de gênero passou a ser obrigatória.

Para além das alterações legais, de acordo com Gortari (2020) foram adotadas outras medidas afirmativas para incentivar e garantir a participação e efetivação da mulher na política, sendo uma delas a Resolução n. 23.270 de 2010 do TSE a qual fixou a utilização do sistema CANDex para gerar as mídias referentes aos pedidos de registro e aviso aos partidos e coligações e percentuais mínimo e máximo de cada sexo. Outra ação afirmativa, conforme o TSE (2021), foi dada pelo art. 22 da Resolução n. 23.604/2019, o qual traz que os órgãos partidários devem destinar, seja na esfera federal, estadual ou municipal, no mínimo, 5% do Fundo Partidário recebidos no exercício financeiro para a criação ou manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Diante dessa realidade passar-se-á a análise se tal feito ocorreu nas Eleições Ordinárias de 2020 no município de Goiânia por meio da tabela 1 que buscou levantar a quantidade de candidatas por partido, como pode ser visto a seguir.

**Tabela 1 -** Quantidade de Candidatas por Partido

|  |  |
| --- | --- |
| **PARTIDO** | **QUANTIDADE DE CANDIDATAS** |
| **SOLIDARIEDADE** | 13 |
| **PTB** | 11 |
| **PTC** | 10 |
| **PT** | 13 |
| **REPUBLICANOS** | 16 |
| **PSD** | 12 |
| **PSB** | 9 |
| **PRTB** | 16 |
| **PODE** | 16 |
| **PC do B** | 15 |
| **AVANTE** | 11 |
| **CIDADANIA** | 14 |
| **PMB** | 11 |
| **UP** | 3 |
| **REDE** | 3 |
| **PDT** | 16 |
| **PSC** | 11 |
| **PROS** | 10 |
| **PMN** | 12 |
| **MDB** | 16 |
| **DEM** | 9 |
| **DC** | 13 |
| **PATRIOTA** | 9 |
| **PSOL** | 4 |
| **PSL** | 12 |
| **PSDB** | 14 |
| **PP** | 6 |
| **PL** | 11 |
| **NOVO** | 3 |
| **PV** | 8 |

**Fonte:** OTESBELGUE (2021)com base nos dados doTSE – Tribunal Superior Eleitoral no sítio https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas

Conforme a tabela apresentada os partidos declararam ter respeitado as cotas partidárias, declarando ter candidaturas de mulheres em todos os partidos relacionados na tabela. Porém apesar da implementação das ações afirmativas citadas dentre outras, vem ocorrendo um fenômeno contrário a efetiva participação da mulher na política, sendo as candidaturas laranjas ou fictícias. De acordo com Gortari (2020) esse fenômeno ocorre quando os partidos políticos registram candidaturas das mulheres apenas para preencher a quota eleitoral.

A fraude eleitoral das “candidaturas laranjas” das candidatas, conforme Gortari (2020), pode ser identificada quando se verifica que a candidata não recebeu nenhum voto, nem mesmo o seu, e/ou não ocorreu campanha eleitoral, e/ou inexistem gastos com a campanha, e/ou teve desistência ou renúncia da campanha, sem substituição por outra candidata. Diante desses apontamentos será analisado se tal feito pode ter ocorrido nas Eleições para vereadores 2020 em Goiânia- Go.

Para analisar a participação efetiva da mulher na política do município de Goiânia- Go passou-se a construir a tabela 2, observando o Extrato de Prestação de Contas Final Oficial das candidatas menos votadas em cada partido, o qual foi encontrado por meio do aplicativo Resultados da Justiça Eleitoral, buscando observar a presença de algum dos pontos mostrados por Gortari (2020) que caracterizam candidaturas laranjas, sendo a quantidade de votos igual a zero e gastos que viessem a comprovar a veracidade da campanha eleitoral, como despesas com publicidade de materiais impressos, publicidade por adesivos, combustível e outros.

**Tabela 2 -** Pontos que podem Caracterizar Candidaturas Laranjas

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PARTIDO** | **QUANTIDADE DE VOTOS DA CANDIDATA MENOS VOTADA** | **EXISTEM GASTOS QUE COMPROVEM A VERACIDADE DA CAMPANHA ELEITORAL?** |
| **SOLIDARIEDADE** | 12 votos | NÃO |
| **PTB** | 33 votos | SIM |
| **PTC** | 29 votos | SIM |
| **PT** | 30 votos | SIM |
| **REPUBLICANOS** | 30 votos | NÃO |
| **PSD** | 14 votos | SIM |
| **PSB** | 63 votos | SIM |
| **PRTB** | 0 votos | NÃO |
| **PODE** | 23 votos | SIM |
| **PC do B** | 6 votos | NÃO |
| **AVANTE** | 27 votos | NÃO |
| **CIDADANIA** | 9 votos | SIM |
| **PMB** | 1 voto | NÃO |
| **UP** | 370 votos | SIM |
| **REDE** | 67 votos | SIM |
| **PDT** | 12 votos | SIM |
| **PSC** | 23 votos | SIM |
| **PROS** | 7 votos | NÃO |
| **PMN** | 39 votos | NÃO |
| **MDB** | 18 votos | NÃO |
| **DEM** | 19 votos | SIM |
| **DC** | 6 votos | SIM |
| **PATRIOTA** | 35 votos | SIM |
| **PSOL** | 1381 votos | SIM |
| **PSL** | 27 votos | SIM |
| **PSDB** | 11 votos | SIM |
| **PP** | 28 votos | SIM |
| **PL** | 26 votos | NÃO |
| **NOVO** | 205 votos | SIM |
| **PV** | 9 votos | SIM |

**Fonte:** OTESBELGUE (2021)com base nos dados doaplicativo Resultados da Justiça Eleitoral

Mediante a tabela 2 é possível notar que dentre os 30 partidos elencados, 10 deles apresentaram características de candidaturas laranjas conforme o que aponta Gortari (2020), sendo a não comprovação de gastos que comprovem a campanha eleitoral e 1 dos partidos apresentou tanto a não comprovação citada bem como o voto igual a zero.

Nos partidos Solidariedade, Republicanos, PRTB, PC do B, Avante, PMB, PROS, PMN, MPB e PL, ao ter analisado o Extrato de Prestação de Contas das candidatas menos votadas pode-se ver que as mesmas não apresentaram gastos com publicidade e materiais impressos, os conhecidos “santinhos”, evidenciando o que Gortari (2020) trouxe quanto a inexistência de gastos com a campanha eleitoral, pois sem material ficaria inviável as candidatas fazerem suas respectivas publicidades eleitorais, até mesmo pelas redes sociais, não possibilitando ao eleitor ver sua identificação e nem seu número para a urna eletrônica.

Ressalta-se que a candidata do PSD apresentou R$ 20.490,00 com gastos com pessoal e apenas R$ 662,50 com gastos de publicidade e material impresso, ficando portanto a indagação de como a grande quantidade de pessoas que trabalhavam para a referida candidata em relação a quantidade de material, faziam a divulgação da sua campanha eleitoral.

Destaca-se que a candidata do PRTB menos votada teve zero votos, ou seja, nem seu próprio, como mencionado por Gortari (2020) como característica de candidatura laranja ou fictícia, apenas para atingir os requisitos eleitorais partidários de cotas.

Diante dos dados apresentados, pode-se perceber que alguns partidos ainda utilizam de joguetes políticos para burlar a quota eleitoral de gênero. Dessa maneira, de acordo com Gortari (2020), afastam candidatas que almejam contribuir para a sociedade através da política, mas que não possuem recursos ou apoio partidário para participar de maneira efetiva nas eleições democráticas. Além disso, ainda se valem dos recursos financeiros conquistados pela ação afirmativa de quota de gênero, para garantir que o percentual máximo de homens sejam inscritos e efetivamente concorram às eleições.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA**

O presente trabalho buscou identificar e discutir se a atuação da mulher no campo da política pode ser alvo de desigualdades e preconceitos preconizados por ideologias firmadas no patriarcado para atender os ideais capitalistas.

Desta maneira essa produção procurou, por meio da pesquisa, dar resposta ao seguinte problema: tendo a mulher os mesmos direitos que os homens, pode-se dizer que ela possui as mesmas oportunidades no campo de atuação da Política?

Buscando assim fazer a referida análise entre exercício de direitos e atuação profissional, foi realizado um recorte da temática, utilizando como objeto de estudo a eleição do município de Goiânia-Goiás na campanha eleitoral de 2020, preocupando refletir se ocorreu uma efetiva participação da mulher neste percurso ou não.

De acordo com os dados e informações referenciadas na pesquisa observou-se que a mulher ao longo do processo histórico foi sendo tida como posse do poder masculino, ou seja, passou a ser considerada como parte da propriedade privada, estabelecida pelo Capitalismo.

Diante deste fato, para que a mulher tivesse o mínimo de direitos equiparados aos dos homens, ela precisou enfrentar duras lutas. No caso dos direitos políticos, as reivindicações seguiram o caminho das publicações femininas que suscitavam a participação da mulher de forma atuante na cidadania.

Porém as mulheres modernas foram por muito tempos retalhados em suas reivindicações, pois a igualdade causava temor à comunidade masculina, acreditando que pudesse ocorrer uma inversão de papéis sociais. Fato ainda notório e presente na sociedade, onde se confunde o conceito de Feminismo, como meio de sobrepujar os homens, não o reconhecendo como é: um meio de luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Diante da realidade social imposta, a mulher passa a reivindicar por seus direitos através de intensas lutas, encabeçadas pelo Movimento Feminista, vindo culminar no direito de voto apenas em 1893 na Nova Zelândia.

A partir dessa conquista, as mulheres de todo o mundo passaram a reivindicar o seu direito ao voto em seus países. Não diferente do que ocorrera em outros países, o Brasil passou a ser palco de diversas lutas para conquista do voto e da elegibilidade feminina, valendo destacar principalmente as ações do Movimento Sufragista.

Ressalta-se, porém, que no Brasil somente em 1927 ocorreu o primeiro voto feminino do país, por Celina Guimarães Vianna, na cidade de Mossoró - RN. No Estado de Goiás, acompanhando o Movimento Feminista pelo voto que ocorria em outros Estados, teve também no ano de 1927 declarada sua primeira eleitora, sendo Benedita Chaves Roriz, da cidade de Santa Luzia, atual Luziânia.

Apontou-se ainda, no permear desse trabalho, que a luta pelo voto feminino perdurou até 1932, quando o Código Eleitoral incluiu a mulher como detentora de votar e ser votada, porém era permitido esse exercício apenas às mulheres casadas com permissão de seus maridos e às viúvas e solteiras que comprovassem renda própria.

A equiparação de direitos e deveres para homens e mulheres, porém, veio somente com a Constituição de 1946, após a ditadura Vargas, decorrendo na obrigatoriedade do voto feminino.

Diante de todo percurso histórico apresentado pode-se constatar que a participação feminina na política resguardada como um direito legal, foi marcada por ações que perduraram anos, para que viesse culminar no mínimo de conquista votar e ter possibilidade de ser votada.

Apesar disso, a pesquisa levou a perceber que a desigualdade da participação entre homens e mulheres na política brasileira ainda perdura, estando embasada no sistema patriarcal. Com isso este estudo passou a ser voltado a apresentação da pesquisa que foi levantada pela técnica de análise documental, onde os dados foram levantados do sítio do Tribunal Superior Eleitoral, bem como do aplicativo Resultados da Justiça Eleitoral e os resultados discutidos de forma qualiquantitativa, visando analisar a real participação da mulher na política do cenário do município de Goiânia na campanha eleitoral de 2020.

O primeiro ponto elencado foi que apesar de serem as mulheres, o maior número de eleitoras em Goiânia- Go, apenas 323 mulheres se candidataram ao cargo de vereadora e 2 mulheres foram candidatas a prefeita, tendo suas respectivas candidaturas aptas. Para além disso pode ser notado também que das 35 (100%) cadeiras ao cargo de vereador, apenas 5 (14,28%) mulheres foram eleitas, e em contrapartida a 30 (85,71%) homens atingiram o cargo. Assim foi possível notar que Goiânia- Go está inserida na realidade de que no Brasil, as mulheres, mesmo correspondendo a maior parte do eleitorado, desempenham um papel de menor relevância na política, ou seja, as mesmas estão sub-representadas, evidenciando que em espaços ditos de poder ainda perpétua a dominação masculina.

Em segundo momento pode-se perceber que a participação efetiva da mulher na política goianiense esbarra não somente no gênero, mas também na etnia. Pode-se observar mediante os dados mostrados nos gráficos 3 e 4 a respeito das Eleições 2020 em Goiânia- Go que dentre as 153 candidatas dispostas entre os cargos de vereadora e prefeita, que se autodeclararam brancas apenas duas foram eleitas, sendo para o cargo de vereadoras; das 140 que se autodeclararam pardas, três candidatas a vereadora tiveram êxito no pleito. Aponta-se ainda que dentre as 29 candidatas que se autodeclararam pretas, nenhuma foi eleita; como também não teve vitória eleitoral a candidata que se autodeclarou amarela, bem como evidencia-se que não teve representatividade por parte de candidatas indígenas.

Destaca-se, portanto, que a falta de ocupação das mulheres pretas na política, deve-se a dois fatores: a captação de recursos para as despesas da campanha eleitoral e o contexto sócio-histórico, visto que o espaço político-partidário ainda é um jogo elaborado por homens brancos para atender interesses de homens brancos.

Diante das desigualdades apresentadas, o trabalho procurou evidenciar que na busca de igualar nem que minimamente a situação de homens e mulheres na política, foram criadas ações afirmativas de gênero, dada principalmente pela Lei 9.504/1997 - Lei das Eleições, pela Lei n. 12.034/2009 - Minirreforma Eleitoral, que estabeleceu que cada partido ou coligação deveria reservar um percentual mínimo de 30% para o sexo minoritário, seja homem ou mulher.

A questão é que se pode perceber que essa ação afirmativa gerou um fenômeno contrário, sendo as chamadas candidaturas laranjas ou fictícias, onde os partidos registram candidatas mulheres apenas para preencher a quota eleitoral, o que foi analisado em terceiro momento neste trabalho, referente a Eleição 2020 de Goiânia-Go. Pode-se notar diante dos dados apresentados na tabela 2 que dentre os 30 partidos elencados, 10 deles apresentaram características de candidaturas laranjas, sendo a não comprovação de gastos que comprovem a campanha eleitoral e 1 dos partidos apresentou tanto a não comprovação citada bem como o voto igual a zero.

Percebendo que somente as quotas de candidaturas não estão surtindo efeito para uma efetiva participação da mulher na política, como pode ser visto ao longo deste trabalho; torna-se necessário pensar, em novas estratégias de fomento à participação política feminina.

A primeira estratégia poderia ser uma maior fiscalização e dura punibilidade aos partidos, que utilizassem de candidaturas laranjas no decorrer das eleições. Outra tática poderia ser a promoção e difusão da participação da mulher na política, por meio de propagandas eleitorais nos veículos de comunicação e redes sociais, bem como cursos de treinamento para mulheres que tenham interesse em se candidatar, nos municípios em parceria com a Secretaria de Promoção Social dos municípios. Outro ponto importante é que a efetivação da mulher na política seja trabalhada veementemente nos espaços acadêmicos, onde o conhecimento deve estar a serviço da comunidade, rompendo paradigmas e preconceitos.

Mediante as referidas propostas buscar-se-ia tornar a política um efetivo espaço da mulher, procurando romper nem que minimamente com a estrutura Capitalista, onde apenas o homem, branco, heterossexual e rico tem voz e vez nos espaços de poder, e assim a mulher poderia ser de fato representada no Brasil.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, Yanne Katt Teles Rodrigues. Debatendo a representatividade: um panorama histórico e breve reflexão sobre a participação feminina na política brasileira. In: **Revista de Estudos Eleitorais**, Recife, v. 2, n. 3, p. 95-103, jul. 2018. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5365 Acesso em: 08 nov. 2021, 03:05:10

BOCK, Gisela. Apolítica sexual nacional-socialista e a história das mulheres.In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente:** o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 184 – 219.

AFLALO, Hannah Maruci. **Cinco motivos que explicam o baixo número de mulheres na política brasileira.** 2020 Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/07/29/5-motivos-que-explicam-o-baixo-numero-de-mulheres-na-politica-brasileira.htm Acesso em 24 maio 2021, 19:31:45

BORGES, Rogério. **Mirem-se naquelas Mulheres.** 2018 Disponível em: [*https://especiais.opopular.com.br/goiania85anos*](https://especiais.opopular.com.br/goiania85anos) Acesso em 24 maio 2021, 19:31:45

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrande Brasil, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 31ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

CHAVES, Vitor. **Primeira Eleitora de Goiás.** 2017 Disponível em: <http://historiadorvitorchaves.blogspot.com/2017/11/primeira-eleitora-de-goias.html> Acesso em 24 maio 2021, 18:21:45

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. **A História da Inserção Política da Mulher no Brasil:** uma trajetória do espaço privado ao público. Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 9, n. 17, jun. 2009.

COTT, Nancy. A mulher moderna. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente:** o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 96 – 113.

DAVIS, Natalie Zemon. A mulher na política.In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente:** do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 230 – 248.

DUARTE, Andressa Mourão. Mulheres negras, eleições, política e poder: aspectos sobre a liderança de mulheres negras em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. In: **Anais eletrônicos [...].** São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. p. 1-11. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9032 Acesso em: 07 nov. 2021 às 03:50:33

FRÓES, Karen Fernandes da Rosa; ÁVILA, Ana Paula Soares.O meu cabelo não nega: uma reflexão sobre a (inexistência da) participação da mulher negra na política. In: **Revista do TRE-RS**, Porto Alegre, ano 25, n. 48, p. 243-259, jan./jun. 2020. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7316 Acesso em: 07 nov. 2021 às 02:10:33

GODINEAU, Dominique. Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias.In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente:** o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 21 – 40.

GORTARI, Amanda dos Santos Neves. A podridão da candidatura laranja: ponderações acerca da participação feminina nas eleições brasileiras. In: **Revista de Estudos Eleitorais**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, ed. especial, p. 32-49, jan./abr. 2020. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6841 Acesso em: 10 nov. 2021 às 05:11:02

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas de Gênero:** Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf> Acesso em 22 maio 2021, 20:21:45

KAPPAUN, Aneline; HENKER, Eduarda Rodrigues. O Direito de Voz na Política: a mulher na Democracia do Século XXI. In: **XV Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea,** Santa Cruz do Sul, RS, 2018. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/18756/1192612029 Acesso em: 23 nov. 2021, 16:35:44

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia da pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAYEUR, Françoise. A educação das raparigas:o modelo laico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente:** o século XIX.. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 276 - 295.

MENUCI, Júlia Monfardini. **Movimento Sufragista e a Conquista do Voto Feminino no Brasil.** *In:* Congresso Biopolítica e Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/view/9326> Acesso em 22 maio 2021, 20:21:45

PINTO, Céli Regina. Uma História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Disponível em: https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/pinto-cc3a9li-regina-jardim-uma-histc3b3ria-do-feminismo-no-brasil.pdf Acesso em: 25 maio 2021, 22:34:11

PRADO, Paulo Brito do. **Aventuras Feministas nos Sertões de Goiás:** As mulheres e as suas lutas nos guardados de Consuelo Ramos Caiado (1899-1931). Niterói – RJ: Tese para obtenção do título de doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, 2019. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/2094.pdf Acesso em: 25 maio 2021, 21:45:08.

QUINTELA, Débora Françolin; DIAS, Joelson Costa. Participação política das mulheres no Brasil: das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. In: **Revista de Estudos Eleitorais**, Recife, n. 1, p. 193-210, 2017. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4238 Acesso em: 15 nov. 2021,16:07:23.

SANTOS, Maria José Moutinho. **Perspectivas sobre a situação da mulher no século XVIII.** 2001. p. 35 – 47. Disponível em: http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13525 Acesso em: 14 mar. 2021, 21:45:08.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SENA, Karoline Kellen. **Observância da lei 12034/2009:** ações afirmativas para superar a sub-representação feminina na política. 2017 Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/7426/2017\_sena\_acoes\_afirmativas\_subrepresentacao\_feminina.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 25 maio 2021, 21:45:08.

SILVA, Haíslla do Amaral; VASCONCELOS, Verônica Acioly de. **A Desigualdade de Gênero na Política.** 2019 Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-desigualdade-de-genero-na-politica/>Acesso em: 25 maio 2021, 21:45:08.

SINEAU, Mariette. Direito e Democracia.In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente:** o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 551 – 583.

SLEDZEIWSKI, Élisabeth G. Revolução Francesa.A viragem. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente:** o século XIX.. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 40 - 57.

SONNET, Martine. Uma filha para educar.In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente:** do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 140 -179.

THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra.In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente:** o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 10 – 93.

TOSI, Marcela. **A Conquista do direito ao Voto Feminino.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjw_JuGBhBkEiwA1xmbRY_NEhCrbvdRdqeD051olgR1t3uWW_Zg_DoC-o0cJC9gl2cjeRlP8RoCWfEQAvD_BwE>Acesso em: 23 maio. 2021,16:07:23.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas S.A. 1987.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas da Eleições 2020.** Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas Acesso em: 15 ago. 2021 às 02:45:22

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Voto da Mulher.** 2021 Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher Acesso em: 23 maio. 2021,16:07:23.

1. A dialética segundo Lakatos e Marconi (2003) ao contrário da metafísica, concebe o mundo como um conjunto de processos em constante movimento, portanto para compreender uma possível masculinização do Direito, assim como os “olhares” da sociedade sobre esse fato é necessário analisar todo o processo perpassado e não apenas uma parte determinada, pois conforme Frigotto (1987) o método está vinculado às concepções de realidade, de mundo e de vida em todo seu conjunto. [↑](#footnote-ref-2)
2. Conforme Bardin *apud* Triviños (1987) essa apreciação é um conjunto de formas de análise das comunicações, as quais através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição visam compreender a mensagem do conteúdo, ou seja, pré-analisa, descreve e faz uma análise apoiada na interpretação referencial. [↑](#footnote-ref-3)
3. Parlamento é a assembleia dos representantes eleitos pelos cidadãos nos regimes democráticos e exerce normalmente o poder legislativo. Em alguns países, o parlamento é formado por duas assembleias separadas, por vezes chamadas Câmaras do Parlamento, que podem resultar de eleições ou nomeações separadas e podem ter poderes diferenciados e várias designações de acordo com a Constituição de cada país (FERREIRA, 2010). [↑](#footnote-ref-4)
4. Tribuna é uma plataforma elevada onde os oradores falam (FERREIRA, 2010). [↑](#footnote-ref-5)
5. Revolução Francesa era o nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre [5 de maio](http://pt.wikipedia.org/wiki/5_de_maio) de [1789](http://pt.wikipedia.org/wiki/1789) e [9 de novembro](http://pt.wikipedia.org/wiki/9_de_novembro) de [1799](http://pt.wikipedia.org/wiki/1799), alteraram o quadro político e social da [França](http://pt.wikipedia.org/wiki/França). Ela começa com a convocação dos [Estados Gerais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estados_Gerais) e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário de [Napoleão Bonaparte](http://pt.wikipedia.org/wiki/Napoleão_Bonaparte). Em causa estavam o [Antigo Regime](http://pt.wikipedia.org/wiki/Antigo_Regime) (*Ancien Régime*) e os privilégios do [clero](http://pt.wikipedia.org/wiki/Clero) e da [nobreza](http://pt.wikipedia.org/wiki/Nobreza). Foi influenciada pelos ideais do [Iluminismo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Iluminismo) e da [Independência Americana](http://pt.wikipedia.org/wiki/Independência_Americana) ([1776](http://pt.wikipedia.org/wiki/1776)). A Revolução é considerada como o acontecimento que deu início à [Idade Contemporânea](http://pt.wikipedia.org/wiki/Idade_Contemporânea). Aboliu a [servidão](http://pt.wikipedia.org/wiki/Servidão) e os direitos [feudais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Feudalismo) e proclamou os [princípios universais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Declaração_dos_Direitos_do_Homem_e_do_Cidadão) de "[*Liberdade*](http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberdade)*,* [*Igualdade*](http://pt.wikipedia.org/wiki/Igualdade) *e* [*Fraternidade*](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fraternidade)" (*Liberté, Egalité, Fraternité*), frase de autoria de [Jean-Jacques Rousseau](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Jacques_Rousseau) (VICENTINO, 1997). [↑](#footnote-ref-6)
6. O Movimento Sufragista de acordo com Menuci (2018) ocorreu nos séculos XIX e XX, tendo como sua principal reivindicação a garantia às mulheres do direito a votar e ser votada. O país que o protagonizou foi a Inglaterra e seus métodos de militância iam desde artigos de jornal, conferências, propagandas, pressão ao Parlamento, manifestações pacíficas até, no caso das *suffragettes* britânicas, atos violentos. [↑](#footnote-ref-7)
7. Leolinda Figueiredo Daltro, conforme Pinto (2003) nasceu na Bahia em 14 de julho de 1859. Ela tornou-se professora logo após separar-se do seu primeiro marido, criando seus cinco filhos. Leolinda, ainda de acordo com a referida autora, dedicou sua vida ao que acreditava: a transformação da sociedade patriarcal brasileira através da Educação e da luta pela igualdade. Em 1895 passou a percorrer o Brasil, passando por Minas Gerais e Goiás, promovendo a alfabetização de tribos indígenas, sem conotações religiosas. Pinto (2003) traz ainda que Leolinda requereu em 1909 seu alistamento eleitoral e não conseguindo fundou o Partido Republicano Feminino juntamente com Gilka Machado, em 1910. No ano de 1919, Pinto (2003) aponta que Leolinda tentou, sem sucesso, a se candidatar a Intendência do Rio de Janeiro. [↑](#footnote-ref-8)
8. Gilka Machado, conforme Pinto (2003) nasceu em 1893, no Rio de Janeiro, em uma família de artistas; sua mãe, [Thereza Cristina Moniz da Costa](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Thereza_Cristina_Moniz_da_Costa&action=edit&redlink=1) , era atriz de teatro e radioteatro e seu pai, [Hortêncio da Gama Souza Melo](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Hortêncio_da_Gama_Souza_Melo&action=edit&redlink=1) era poeta. Começou a escrever poesia desde criança. Aos 14 anos, participou de um concurso literário realizado pelo jornal [A Imprensa](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=A_Imprensa&action=edit&redlink=1), ganhando os três prêmios principais com poemas sob seu nome e pseudônimos. Os críticos da época ficaram escandalizados por seus poemas ter um cunho erótico, chamando-a de "matrona imoral". Fundou juntamente com Leolinda Daltro o Partido Republicano Feminino em 1910. Seu primeiro livro de poemas, Cristais partidos, foi publicado em 1915 o qual foi prefaciado por [Olavo Bilac](https://pt.wikipedia.org/wiki/Olavo_Bilac). Nos anos seguintes, ela publicou os livros: A revelação dos perfumes (1916), Estado de alma (1917), Poesias (1915-1917) - (1918) e Mulher Nua, em 1922. Em 1933 ganhou um concurso da revista [O Malho](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Malho) como maior poeta brasileira do século XX. [↑](#footnote-ref-9)
9. Bertha Lutz de acordo com Pinto (2003) era filha do cientista Adolpho Lutz e de uma enfermeira inglesa, retornou ao Brasil após se formar em Biologia na Universidade de Sorbonne. Tornou-se bióloga do Museu Nacional, por concurso público, representando o Brasil em eventos internacionais. Em 1934, Bertha se formou também em Direito, no Rio de Janeiro. [↑](#footnote-ref-10)
10. Benedita Chaves Roriz, segundo Chaves (2017) nasceu na fazenda Surubim, propriedade de seus pais, no antigo Vilarejo de Santa Luzia em Goiás, hoje atual cidade de Luziânia-Go, nasceu no dia 16/05/1905 e faleceu em Goiânia, no ano de 1990. Poeta e colaboradora em jornais de Luziânia e Ribeirão Preto, modista conceituada, foi também ativa militante política em Goiás. [↑](#footnote-ref-11)